



OFICINAS TERAPÊUTICAS EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: O que dizem as políticas públicas e os usuários

DOI: 10.22289/2446-922X.V10N1A5

Lorena Cardoso de **Santanna**¹
Renata Raiol **Magalhães**

RESUMO

Oficinas terapêuticas são recursos comumente utilizados em diversos estabelecimentos de assistência em saúde mental, entre estes os Centros de Atenção Psicossocial. Não há um consenso absoluto sobre sua definição, mas, no geral, são desenvolvidas com os usuários em grupo e oferta de alguma atividade que contribua para a redução do sofrimento mental e vivência do cotidiano com mais autonomia. O objetivo deste estudo é conhecer o modo como o usuário do serviço participa das oficinas terapêuticas e se isto vai ao encontro do que preconizam as políticas públicas que regulamentam esta estratégia. A pesquisa ocorreu em duas etapas, a primeira foi teórica em documentos governamentais disponíveis em meio virtual; e a segunda no mesmo ambiente, com preenchimento de questionário de 08 colaboradores, no dispositivo Google forms, com perguntas sociodemográficas e de percepção pessoal sobre as oficinas terapêuticas em seu tratamento. Percebeu-se que o recurso em discussão é um componente importante para que a assistência à saúde mental ocorra de acordo com o determinado em documentos governamentais e isto pode ser percebido no relato dos colaboradores de como tiveram seu humor, suas habilidades sociais, experiências e capacidade expressiva modificadas positivamente a partir do engajamento nas oficinas terapêuticas.

Palavras-chave: Oficinas terapêuticas; Centros de Atenção Psicossocial; Documento Governamental; Perspectiva do Paciente.

TERAPEUTIC WORKSHOPS IN PSYCHOSOCIAL CARE CENTERS: What public policies and users say

ABSTRACT

Therapeutic workshops are commonly used resource in a large mental health establishments, including in Psychosocial Care Centers. There is no absolute consensus about its definition, but, in general, are developed in groups and offer of some activity that contributes to the reduction of mental suffering and more autonomous daily life. The objective of this study is to understand how service's users participates in therapeutic workshops and whether this is in line with what the public policies

¹ Endereço eletrônico de contato: lorenasantanna@yahoo.com.br

Recebido em 18/11/2023. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 18/01/2024.



that regulate this strategy recommend. The research was developed in two stages. The first stage was theoretical in virtual place with government documents; the second stage was virtual too, with 8 collaborators who answered to a form in Google forms with questions about sociodemographic data and their own preferences about therapeutic workshops in your treatments. It was noticed that the resource under discussion is important for assistance in mental health to occur in accordance with the determined in government documents and this can be seen in the employees's reports of their mood, social skills, experiences and expressive capacity were positively modified from engagement in therapeutic workshops.

Keywords: Therapeutic workshops; Mental Health Services; Government Publication; Patient Preference.

TALLERES TERAPÉUTICOS EN CENTROS DE SALUDE MENTALE: Los documentos del gobierno y el opinion del pacientes

RESUMEN

Los talleres terapéuticos son recursos comúnmente utilizados en diversos establecimientos del atención del salud mental, incluidos los Centros de Atención Psicosocial. No existe un consenso absoluto sobre su definición, pero, em generale, se desarrollan en grupo y ofreciendo alguna actividad que contribuya a la reducción del sufrimiento mentale y una mayor autonomia en la vida diaria. El objetivo de este estudio es comprender cómo participan los usuarios del servicio en los talleres terapéuticos y si esto está en línea con lo que recomiendan las políticas públicas que regulan esta estrategia. La investigación ocurrió en dos etapas, la primera etapa fue teórica en ambiente virtual con documentos del gobierno; la segunda etapa también fue virtual, com 8 empleados que responderon un formulário en Google Forms com preguntas sobre datos sóciodemográficos y percepción personal sobre los talleres terapéuticos en su tratamiento. Se observó que el recurso en discusión es importante para que la atención del salud mentale se suceda de acuerdo con lo determinado en los documentos del gobierno y esto se puede notar en el informe de los empleados sobre su estado de ánimo, habilidades sociales, experiencias y capacidad expressiva modificados para mejor después de la participación en los talleres terapêuticos.

61

Palabras clave: Talleres terapêuticos; Servicios de Salud Mental; Publicación Gubernamental; Perspectiva del Paciente.

1 INTRODUÇÃO

As oficinas terapêuticas são definidas pelo Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2004) como um dos principais recursos ofertados em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), comumente definidas como atividades grupais, sob a coordenação de um ou mais profissionais, com a finalidade de contribuir para a melhor integração do usuário do serviço ao território que está inserido, bem como com sua rede de contato e suporte, além de favorecer o aperfeiçoamento de diversas habilidades e a prática de papéis sociais nos mais diversos contextos. Estes centros são pontos de uma rede de serviços denominada Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo definidos como serviços substitutivos e especializados em saúde mental.



Os CAPS, de acordo com o Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2004), são destinados a assistência de pessoas em sofrimento psíquico severo e com necessidade de acompanhamento intensivo e diário devido demandas de natureza clínica e/ou psicossocial com uma lógica de cuidado mais comunitária, individualizada e promotora de vida. A assistência está voltada para a inclusão dos usuários através de vivências no campo do lazer, do trabalho, da família, da comunidade e da sociedade como um todo. Esse serviço é desempenhado através de diversos recursos, mas este trabalho dá ênfase a um: as oficinas terapêuticas.

Segundo Galletti (2004), estas oficinas têm por singularidade utilizar diferentes formas de atividades, ou seja, “de um fazer algo” (p.36), de singularidade para seus participantes, que dê sentidos diversos, como experimentações sociais, processos criativos, e que se expressem também como uma reinvenção de ser/estar-no-mundo.

A ideia do desenvolvimento desta pesquisa surge após 12 anos de atuação profissional das autoras em um CAPS Adulto em Belém/Pará, durante a qual emergiram reflexões sobre o papel das oficinas terapêuticas no cotidiano destes serviços como instituído nos documentos governamentais para ser um espaço de valorização e de consolidação da política de saúde mental brasileira.

Ainda que oficinas terapêuticas tenham esta importância nestes espaços, não se pode negar a observação de lacunas no dia a dia da instituição, conforme o modelo psicossocial, também na execução destas estratégias, principalmente no seu ideal de promover repercussões nas dimensões da vida dos usuários.

Este contexto de percepção sobre a realidade, despertou o interesse para conhecer o modo como o usuário do serviço participa das oficinas terapêuticas e se isto vai ao encontro do que preconizam as políticas públicas que regulamentam esta estratégia.

Neste sentido, este estudo partiu da seguinte questão: o que é preconizado nas políticas públicas sobre oficinas terapêuticas é contemplada pelas experiências vivenciadas pelo usuário?

Esta questão de pesquisa surge em um contexto, baseado pela política governamental brasileira, que instituiu o modelo de reabilitação psicossocial em que as oficinas terapêuticas são apresentadas como dispositivos singulares, expressivos para uma qualidade no cotidiano das instituições, contudo, isto por vezes não representa a realidade, conforme declaram diversas literaturas, como exemplo Ribeiro et al. (2008) que afirmam a existência de um distanciamento entre a finalidade deste recurso e seus participantes.

Diante da importância das oficinas como estratégia terapêutica no CAPS e a finalidade de favorecer melhorias nas dimensões da vida das pessoas em tratamento, encontra-se o objetivo deste estudo, qual seja, perceber como se relacionam a teoria, nos documentos governamentais, e a prática sobre as oficinas terapêuticas em CAPS de acordo com os usuários que se beneficiam delas.



2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa fenomenológica e corresponde a um recorte de dissertação de mestrado em Psicologia de uma das autoras apresentada na Universidade Federal do Pará em 2022.

Holanda (2006) apresenta características diferenciadas da pesquisa qualitativa entre as quais se destaca a inclusão da subjetividade do pesquisador e do sujeito pesquisado no processo de investigação, que a propósito deve ser o participante do próprio evento sobre o qual o estudo se debruça.

Deste modo, esta natureza de pesquisa escolhida, é adequada a este estudo tendo em vista que seu cenário e colaboradores constituem realidade cotidiana de um dos autores, e de visível necessidade e importância de ser estudada, sob a percepção dos beneficiários da oferta das oficinas terapêuticas.

Dentre os diversos modelos e métodos de abordagem qualitativa, destaca-se o fenomenológico, estratégia selecionada nesta pesquisa, considerada como uma das principais formas de investigação científica e de influente paradigma na atualidade (Turato, 2005; Holanda, 2006).

A escolha pela estratégia fenomenológica de pesquisa se dá por considerar um recurso que atende ao enfoque de compreender a percepção de participantes de oficinas terapêuticas de CAPS Adulto, corroborando com Holanda (2006) que afirma que a marca deste método é compreender o sentido das coisas, a partir da experiência daqueles que vivenciaram o que está em questão, isto é, deixar o fenômeno falar por si mesmo.

Araújo e Pimentel (2017) discorrem que a trajetória metodológica neste tipo de pesquisa requer, para a descrição e compreensão do que está sendo estudado, uma abertura desinteressada na questão causal ou explicativa e ao mesmo tempo, um não se fazer mero relator ou expectador pois, confirmando Husserl (2020, p. 10):

Tudo permanece como estava, só que não o assumo simplesmente como existente, antes me abstenho de toda a tomada de posição quanto ao ser e à aparência [...] Devo igualmente abster-me das minhas outras opiniões, dos meus juízos, das minhas tomadas de posição valorativas na referência ao mundo, enquanto pressupõem o ser do mundo, e também para eles o abster-me não significa o seu desaparecimento enquanto simples fenômenos [sic].

Tal postura do pesquisar requerida por este tipo de pesquisa qualitativa fenomenológica, apresenta-se entremeada em todo o percurso investigativo, desenvolvido com o objetivo de perceber como se relacionam a teoria sobre as oficinas terapêuticas em CAPS nos documentos governamentais e a prática de acordo com usuários que se beneficiam delas.



A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, sendo que a primeira se deu a partir de levantamento em *sites* governamentais de conteúdo sobre oficinas terapêuticas em CAPS, quanto a sua finalidade e modelo de assistência em que se situa, ocorrida de fevereiro/2021 a março/2021.

A busca foi realizada em *sites* das seguintes instituições: Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Pan/Americana da Saúde (OPAS); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Cidadania (MC), Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e Federal (CREFITOS e COFFITO); Conselho Federal de Medicina (CFM).

O critério para inclusão no estudo foi de documentos que no preâmbulo, sumário ou resumo apresentaram conteúdos sobre oficinas terapêuticas em CAPS, e de exclusão documentos que não dissessem respeito ao CAPS e uso de oficinas neste cenário, sendo selecionados 12 documentos, dos quais 07 no MS; 03 no MC; 01 no CFP; 01 no CREFITO-3.

Os dados foram apresentados de forma qualitativa e crítica, colocando em diálogo os documentos, a literatura e os participantes da etapa seguinte da pesquisa, com destaque para a identificação de semelhanças e diferenças entre estes, se se ratificam ou divergem entre si.

A segunda etapa ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2021, de maneira empírica, no formato virtual, com pessoas que participam ou participaram de oficinas terapêuticas em CAPS Adulto através de um formulário disponibilizado pelo aplicativo *Google forms* com questões fechadas e abertas, sobre o tratamento no CAPS (duração, atendimentos que se beneficiou) e a participação em oficinas terapêuticas (duração, quantidade, tipos, preferências, relato de experiências e relação com o cotidiano).

Os participantes da pesquisa foram cooptados por meio de rede social (*Whats App, Facebook, Instagram*) através da divulgação do estudo e convite para participação, após aceite de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e contou com a participação de 08 (oito) colaboradores, que ao longo do artigo serão identificados com a letra P seguido de número ordinário que representa a ordem de participação, de modo que o primeiro participante que respondeu o questionário foi chamado de P1 e assim por diante.

Os critérios para participar desta etapa da pesquisa foram: ser homem ou mulher, maior de 18 anos, que participa ou participou nos últimos dois anos de oficinas terapêuticas em CAPS para adultos. Portanto, foram excluídos desta fase do estudo aqueles que participam/participaram das oficinas terapêuticas em outros tipos de CAPS ou apenas em atividades grupais, como a psicoterapia de grupo ou grupos específicos por categoria profissional, como por exemplo a terapia ocupacional.

Esta fase da pesquisa seguiu as resoluções indicadas de acordo com seu desenho, são elas: CNS 466/2012 e 510/2016 e a Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS sobre procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual do Conselho Nacional de Pesquisas com seres Humanos (CONEP), e foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências



de Saúde, da Universidade Federal do Pará (CEP/ICS/UFPA), aprovado sob o número 4.532.649, em 09 de fevereiro de 2021.

Os dados desta etapa da pesquisa serão apresentados de forma qualitativa em diálogo com os documentos selecionados na etapa anterior bem como das literaturas sobre a temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados que esta pesquisa buscou interagir estão na Tabela 1 e Tabela 2 e são eles os documentos governamentais, os usuários de oficinas em CAPS Adulto que responderam o formulário do estudo e suas percepções a respeito das oficinas terapêuticas.

Tabela 1- Caracterização por ano das oficinas terapêuticas nos documentos governamentais

Ano	Documento	Instituição	Oficinas terapêuticas
1991	Portaria SNAS nº189	CREFITO - 3	Classificadas neste documento como do tipo I e tipo II de acordo com o nível de escolaridade do profissional que as coordene; e com o objetivo de promover socialização, expressão e inserção social; definidas como atividades grupais, com no mínimo 5 e no máximo 15 pacientes; exemplificando atividades de: teatro, cerâmica, artesanato, artes plásticas, carpintaria e costura.



1992	Portaria SNAS/MS nº224	MS	Atividade grupal que deve ser ofertada em CAPS (e em regime hospitalar também, do tipo hospital dia); sendo neste documento diferenciada de outras atividades do tipo comunitárias e de integração na comunidade.
2001	Lei nº10.216	MS	A despeito das oficinas, menciona que a assistência deve abranger serviços ocupacionais e de lazer, como estratégia de inclusão social.
2002	Portaria GM nº336	MS	Apresenta as oficinas terapêuticas, diferenciando de atividades grupais e comunitárias, que deve ser executada por profissional de nível superior ou médio.
2004	Manual de Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial	MS	Nele as oficinas são definidas como uma das principais formas de tratamento; realizadas em grupo; coordenadas por um ou mais profissionais; classificadas como expressivas, de geração de renda, de alfabetização; e visam,



			maior integração social e familiar, a manifestação de sentimentos e problemas, desenvolvimento de habilidades corporais, realização de atividades, produtivas, o exercício coletivo da cidadania.
2011	Portaria nº3.088	MC	Como ações de Reabilitação Psicossocial na geração de trabalho/renda, empreendimentos solidários/cooperativas, como precursoras e articular com pontos da rede de saúde.
2012	Portaria nº130	MS	Atividade elencada dentre aquelas que contribuem para uma atenção integral, devendo ser desenvolvidas por profissional de nível superior ou médio.
2013	Manual de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no CAPS	CFP	Atividade realizada em grupo, com coordenação de vários profissionais, inclusive psicólogos.



2015	Manual de Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de acolhimento como lugares de atenção psicossocial nos territórios	MS	Estratégia no Plano Terapêutico Singular dos usuários como práticas corporais, expressivas e comunicativas, modalidades geralmente contempladas em oficinas ditas expressivas devendo ter área externa de convivência das Unidade de Acolhimento em articulação com o CAPS.
2018	Portaria nº 544	MC	Apresenta como "práticas corporais" geralmente realizadas em oficinas terapêuticas do tipo expressivas como estratégia para a reabilitação psicossocial
2019	Nota Técnica nº11/2019- CGMAD/DAPES/SAS/MS	MC	Atividades executadas por profissional de nível superior ou médio numa perspectiva de atenção integral.

68

Os documentos governamentais participantes desta pesquisa foram apresentados de forma cronológica, o que deixa evidente que na atenção em saúde mental, a estratégia é apresentada como um recurso terapêutico estratégico que se desenvolveu ao longo do processo da reforma da política de saúde mental, presente no CAPS, mas também em outros dispositivos assistenciais da RAPS.

É importante destacar nos documentos aspectos comuns quanto a caracterização das oficinas terapêuticas como: (i) desenvolvida em grupo; (ii) que exigem qualificação profissional; (iii)



como estratégia em potencial no cuidado em saúde mental na clínica ampliada; (iv) voltadas para o território; e (v) ofertadas em todas as modalidades de CAPS, independentemente de sua estrutura e público alvo.

Tabela 2 – Perfil dos participantes da etapa empírica de acordo com as perguntas fechadas

Dados	Características	N: 100%
Situação do tratamento no CAPS	Ativo	87,5
	Inativo	12,5
Tempo de tratamento	Menos de 01 ano	25
	01 a 03 anos	12,5
	03 a 05 anos	00
	Mais de 05 anos	62,5
Quais atendimentos se beneficiava/beneficia no CAPS	Consulta médica	87,5
	Consulta de Psicologia	62,5
	Consulta com outros profissionais	50
	Oficinas terapêuticas	62,5
	Grupos terapêuticos	87,5
	Outros (Passeio, por ex.)	12,5
Já participou/participa de oficinas terapêuticas no CAPS	Sim	75
	Não	25
Quantas oficinas já participou	Uma	25
	Duas ou três	12,5



	Mais de três	50
	Não respondeu	12,5
Qual o máximo de tempo ficou na mesma oficina terapêutica	1 mês	25
	01 a 03 meses	25
	03 a 06 meses	12,5
	06 meses a 01 ano	12,5
	Mais de 01 ano	25
Qual tipo de oficina terapêutica participou/participa	Expressiva	75
	Alfabetização	25
	Geração de renda	25
	Outro	25
	(exemplo: Artesanato, Nutrição)	
As oficinas terapêuticas contribuíram ou interferiram para alguma mudança no seu dia-a-dia	Sim	100

De acordo com diversos documentos governamentais como o de 1991, Portaria nº 189 (Portaria SNAS, 1991); de 2001, Lei nº 10.216 (Lei nº10.216, 2001); e de 2019, Nota Técnica nº 11 (2019), as oficinas são procedimentos terapêuticos voltados para a inclusão social, demanda constantemente presente na vida de pessoas em sofrimento psíquico, contudo nem todos os participantes desta pesquisa se beneficiam desta estratégia.

Faz-se importante esclarecer que são recursos diferenciados de outras atividades grupais de âmbito comunitário e de integração, como se pode verificar nas Portarias SNAS/MS nº 224 de 1992 (1992) e GM nº 336 de 2002 (2002), quando as duas estratégias são mencionadas separadamente, deixando evidente que não se tratam dos mesmos recursos, embora na literatura, de um modo geral, se identifique muita desordem quanto ao termo, como pode ser observado na Tabela 3.



Tabela 3 – Diversidade do uso do termo oficinas terapêuticas na literatura

Como as oficinas terapêuticas são apresentadas	Autores que apresentaram o termo desta forma	Reflexão das autoras deste estudo
Todas as estratégias que apresentem um cunho produtivo que culminem com a confecção de algum produto	Castro, 2017; Costa et al., 2013	Esta perspectiva é comum em oficinas terapêuticas classificadas como do tipo geração de renda, contudo há outras possibilidades que a estratégia permite.
Definidas como trabalho	Ribeiro et al., 2008; Laws, 2013	Termo atribuído implica outros desdobramentos, não necessariamente terapêuticos
Recurso específico da categoria profissional terapia ocupacional	Pereira & Palmas, 2018; Azevedo & Miranda, 2011; Pinho et al., 2013; Kantorski et al., 2009	A estratégia não é utilizada só por terapeutas ocupacionais e nem podem ser chamadas de terapia ocupacional automaticamente apenas por se tratarem de oficinas.
Sinônimo de arte terapia	Willrich et al., 2018;	Essa modalidade de atividade corresponde apenas há uma das possibilidades de uso em oficinas terapêuticas.
Sinônimo de grupo terapêutico	Coffy & Siniak, 2015	Termo abrange outras estratégias terapêuticas e não apenas oficinas.
Qualquer estratégia que empregue uma atividade	Pinho et al., 2013; Veloso et al., 2013	Perspectiva muito genérica que pode causar confusões

Nunes et al. (2015) alegam que a dificuldade na definição de oficinas terapêuticas está no fato de serem dispositivos desprovidos de uma padronização, acrescentando que isto torna complexo até mesmo a sua concretude. A necessidade dessa padronização não é consensual entre

os autores; Guerra (2004) conclui que cada oficina terapêutica é singular, em razão do que não é possível que sigam um protocolo, devendo concordarem apenas pela questão ética; em contrapartida, Ribeiro (2004) após revisão de literatura sobre o tema das oficinas terapêuticas em saúde mental e suas características, citando diversos autores, afirma existir o uso indiscriminado do termo, desprovido de reflexão crítica.

Nota-se que a definição ou enquadramento do termo oficina é uma questão antiga e ainda polêmica, a qual esta pesquisa não busca sanar ou aprofundar, mas que inevitavelmente surgiu por se tratar da temática deste dispositivo terapêutico.

Dentre os participantes do estudo, identificou-se a predominância de pessoas que se beneficiaram ao longo do seu acompanhamento em saúde mental de mais de 03 oficinas terapêuticas (50%), com tempo de permanência em cada uma bastante variável: de 01 mês (25%), de 01 a 03 meses (25%) e um ano (25%), com prevalência de participação em oficinas terapêuticas do tipo expressiva (75%). No documento do Ministério da Saúde Brasileiro (Ministério da Saúde, 2004) verifica-se o registro de que frequentemente os CAPS ofertam mais de um tipo de oficina terapêutica, constituindo-se como uma das principais estratégias de cuidados ofertadas nestes espaços.

As oficinas são classificadas em apenas um documento, divididas por grupo conforme os tipos de estratégias terapêuticas desenvolvidas pelos profissionais, conforme ilustrado na Figura 1.

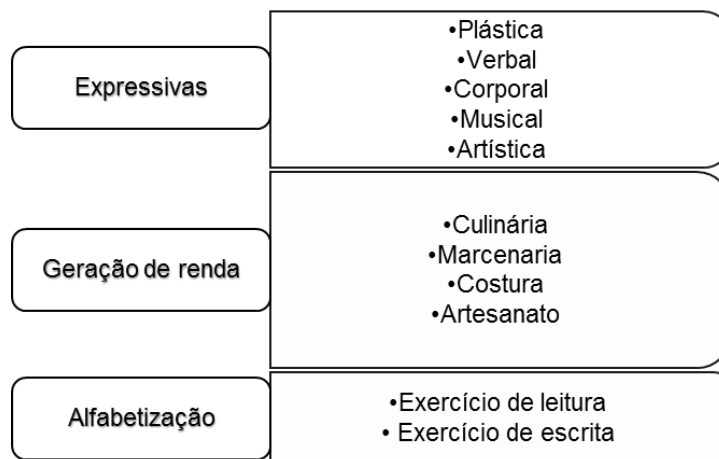


Figura 1. Tipificação comum de oficinas terapêuticas. Fonte: Adaptado de *Manual de Saúde Mental...* (2004)

Oficinas terapêuticas expressivas, conforme ilustrado acima, incluem a oferta de atividades vastas do tipo plásticas, verbais, corporais, musicais e artísticas. Acredita-se que a prevalência de participação deste tipo de oficina no relato dos participantes pode estar relacionada a essa amplitude de possibilidades a serem proporcionadas e a necessidade e potencial terapêutico-de atividades desta natureza. Neste mesmo documento (Ministério da Saúde, 2004) é apresentado como uma das finalidades da oferta de oficinas terapêuticas possibilitar aos participantes a



manifestação de sentimentos, o que pode ser mais favorável através de oficinas dessa modalidade expressiva.

Perguntou-se também aos participantes sobre qual a oficina terapêutica que mais gostaram de participar. Tiveram como opção os tipos disponíveis no Manual de CAPS (*Manual de Saúde Mental...*, 2004), e neste sentido prevaleceram oficinas expressivas e de geração de renda, como pode ser exemplificado nas respostas abaixo:

Expressiva

Pintura em papel. Por que me identifiquei melhor, relaxava. (P.3)

Argila - Argila me fez acalmar e focar em outros tipos de afazeres. (P.7)

De geração de renda

Artesanato com reciclagem. Não sei dizer...eu nunca tinha feito e aprendi e gostei do resultado. Eu gostava de participar com meus colegas, a gente não vê só a opinião da gente, a gente vê a opinião dos outros. (P.5)

Particpei apenas de uma até o momento que foi de nutrição. Aprendemos a fazer um lanche saudável. (P.4)

Noronha et al. (2016), Levy (2016), Lappann-Boti e Labate (2004) acreditam que interessar-se pelas atividades que os usuários do serviço gostam é necessário pois isso favorece a adesão ao tratamento e se constitui num exercício de autonomia que o usuário deve ter além dos espaços do CAPS.

O foco da intervenção na necessidade do usuário, pode ser encontrado há um certo tempo em documentos governamentais que trazem a temática das oficinas terapêuticas em saúde mental. Desde a Portaria SNAS/MS nº 224 de 1992 (Ministério da Saúde, 1992), a qual aponta que a definição das estratégias terapêuticas a serem ofertadas deve ser feita levando este aspecto em consideração, o que foi ratificado em 2001, na Lei nº 10.216 (2001) e em 2012, na Portaria nº 130 (2012).

Faz-se importante esclarecer que os documentos mais recentes, datados de 2015, Manual de Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da Atenção Psicossocial nos territórios (Ministério da Saúde, 2015), e de 2018, Portaria nº 544 (2018), não trazem a estratégia oficinas terapêuticas no seu rol de procedimentos e sim práticas corporais, expressivas e comunicativas, as quais acredita-se estarem inclusas nesta modalidade terapêutica em discussão (oficinas).



Outro aspecto que merece destaque é a afirmação de todos os participantes do formulário de que as oficinas terapêuticas interferiram no dia-a-dia destes. No levantamento de literatura identifica-se alguns autores que problematizam esta questão. Moraes e Simões (2016), afirmam que as oficinas terapêuticas só se tornam significativas para o usuário quando atendem esta dimensão de tocar o cotidiano do participante a ponto de fazê-lo conectar a atividade ofertada consigo mesmo e suas necessidades concretas, bem como, com o mundo que o circunda.

Paralelamente, Fiorati e Saeki (2012) apresentam como barreiras para a realização das oficinas terapêuticas de forma adequada, a ausência de utilidade e sentido das atividades propostas no cotidiano dos usuários participantes, em razão do que alguns autores (Willrich et al., 2018; Levy, 2018; Constantinidis et al., 2018) enfatizam a necessidade imprescindível de verificar de fato se as oficinas terapêuticas estão chegando ao dia a dia dos usuários, pois sua oferta em si não é garantia que esta dimensão tão importante esteja sendo positivamente atingida.

O cuidado com o cotidiano na assistência em saúde mental surgiu nos documentos governamentais a partir de 2012, na Portaria nº 130 (2012), e enfatizada em 2017, na Portaria nº 3.588 (2017), mencionado como uma dimensão que não deve ser ignorada dentre os demais âmbitos da vida do usuário.

Aprofundando o interesse pela expressão das oficinas terapêuticas na vida concreta do usuário, perguntou-se no formulário, através de questão aberta, qual a interferência do dispositivo no dia a dia. Nas respostas, identificou-se o surgimento de 03 temáticas mais recorrentes: a estabilidade do quadro, a mudança no humor e a redução do isolamento, como pode ser visto nos seguintes fragmentos, respectivamente:

Estou estável. (P.1)

Eu era muito nervosa. Depois da pintura e das atividades consegui controlar melhor minhas emoções (P.3)

Me sentia melhor, ficava menos sozinha (P.5)

A propósito do local que o usuário ocupa nos documentos governamentais que trazem a temática das oficinas terapêuticas nos CAPS, observa-se por longo tempo o uso das nomenclaturas paciente, portador, doente. Em 2004, no Manual de Saúde Mental no SUS (Ministério da Saúde, 2004), identifica-se a palavra usuário, mas de modo restrito, relacionada predominantemente às pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Percebe-se que apenas em 2011, na Portaria nº 3.088 (2011), a pessoa em tratamento no CAPS é denominada como alguém em sofrimento mental embora, pouco tempo depois, na Nota Técnica de 2019 (2019), se veja novamente as palavras portador e doente.

Esta realidade controversa sobre como denominar a pessoa em tratamento no CAPS, especificamente as que se beneficiam de oficinas terapêuticas, vista em artigos e documentos



governamentais, talvez seja a ratificação de que a Reforma Psiquiátrica é um processo ainda em curso, com avanços, barreiras e retrocessos devido a presença da lógica manicomial em pessoas, cenários e estratégias terapêuticas (Fiorati & Saeki, 2013; Silva et al., 2019; Ribeiro et al., 2008; Azevedo & Miranda, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oficinas terapêuticas são mencionadas como estratégias de assistência à saúde mental desde os primeiros documentos que aprofundam a temática dos cuidados. Contudo, há aqueles que não apresentam a denominação oficinas terapêuticas e nem as relacionam como procedimentos, destacando a necessidade de unificação do termo e sua associação como estratégia de promoção dos cuidados em saúde mental. Neste sentido, Galletti (2004) aponta como imprescindível conservá-las com espaço para singularidade e heterogeneidade constitutivas, ratificando sua extensa diversidade, não devendo neste sentido, estar associada como uma estratégia de apenas uma técnica ou abordagem teórica.

Dentre estes documentos que não a mencionam, estão sobretudo aqueles mais atuais, de modo que se acredita que pesquisas sobre a temática, como o presente estudo, pode favorecer discussões sobre a necessidade do fortalecimento de práticas como estas que caminhem ao encontro da perspectiva de reabilitação psicossocial de assistência que se deseja ofertar.

O relato dos participantes da pesquisa sinaliza que a prática das oficinas consegue sim concretizar as determinações indicadas nos documentos oficiais, embora não se possa perder de vista a necessidade de voltar a atenção às demandas do usuário, a quem as oficinas são destinadas, com a finalidade de que o atendimento dessas necessidades referidas seja mais frequente.

Destaca-se que a perspectiva desta pesquisa qualitativa fenomenológica, não era chegar em generalizações, mas compreender as narrativas e sentidos atribuídos pelos usuários para refletir sobre a estratégia terapêutica oficinas enquanto recurso de uma assistência em saúde mental, sob o paradigma da reabilitação psicossocial.

Faz-se necessário destacar que este estudo foi desenvolvido no período das regras sanitárias preventivas a pandemia de *COVID-19*, as quais limitavam o acesso às pessoas de forma presencial, impondo uma coleta de dados da etapa empírica em ambiente virtual, dificultando o conhecimento mais amplo das oficinas terapêuticas pelo Brasil e também se tornando um complicador, em virtude do acesso e acessibilidade digital do usuário do CAPS.

Mesmo na presença destas dificuldades, acredita-se que a importância deste estudo foi contribuir para o avanço na compreensão do papel das oficinas terapêuticas no panorama dos



cuidados ofertados em saúde mental, sob a percepção do usuário do serviço e sua coerência com as determinações governamentais.

Portanto, acredita-se que mais pesquisas teóricas e empíricas envolvendo esta estratégia terapêutica e a realidade vivida pelos usuários se fazem necessárias para possibilitar evidências do modelo psicossocial em saúde mental, à luz das suas diretrizes de inclusão, suporte e inserção social.

6 REFERÊNCIAS

- Araujo, L., & Pimentel, A. (2007). A prática da pesquisa fenomenológica pelo doutorando. In A. Pimentel, F. Lemos, & R. Nicolau (Orgs.), *A escuta clínica na Amazônia*. Universidade Federal do Pará.
- Azevedo, D., & Miranda, F. A. (2011). Oficinas terapêuticas como instrumento de reabilitação psicossocial: percepção de familiares. *Escola Anna Nery*, 15(2), 339–345.
<https://doi.org/10.1590/s1414-81452011000200017>
- Castro, G. G. A., de Souza, P. de L. M. M., de Souza, A. M., & Corrêa, V. A. C. (2017). Significado das atividades de grupo para usuários de um centro de atenção psicossocial/The meaning of group activities for users of a Psychosocial Care Center. *Revisbrato*, 1(3), 332–352.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/4780/pdf>
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. (2015). *Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA*.
http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf
- Costa, A. M., Cadore, C., Lewis, M. S. R., & Perrone, C. M. (2013). Oficina terapêutica de contos infantis no CAPS i: relato de uma experiência. *Barbarói*, (38), 235-49.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100013
- Coffy, G., & Siniak, D. (2015, s.m.). A importância das Oficinas Terapêuticas para usuários do Centro de Atenção Psicossocial: relato de experiência. *Anais do 7º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unipampa*. [S.l.], 7 (3).
<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/81214>
- Constantinidis, T. C., Cid, M. F. B., Santana, L. M., & Renó, S. R. (2018). Concepções de profissionais de saúde mental acerca de atividades terapêuticas em CAPS. *Temas em Psicologia*, 26(2), 911–926. <https://doi.org/10.9788/tp2018.2-14pt>
- Fiorati, R.C., & Saeki, T. (2013). The prevalence of medical/clinical technology over psychosocial care actions in outpatient mental health services. *Ciencia & Saude Coletiva*, 18 (10), 29-57.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-8123&lng=en&nrm=iso



- Fiorati, R.C., & Saeki, T. (2012). As atividades terapêuticas em dois serviços extra-hospitalares de saúde mental: a inserção das ações psicossociais. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, 20 (2), 207-215. <https://core.ac.uk/download/pdf/26666732.pdf>
- Galletti, M. C. (2004). *Oficina em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?*. UCG.
- Guerra, A. M. C. (2004). Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In C. M. Costa, & A. C. Figueiredo (Orgs.), *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Contra Capa.
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3 (24), 363-372. <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/pesquisa-qualitativa-fenomenologica.pdf>
- Husserl, E. (2020). *Conferências de Paris*. http://www.lusosofia.net/textos/husserl_conferencias_de_paris.pdf
- Kantorski, L., Quevedo, A. L. A., Guedes, A. C., Bielemann, V. L. M., Heck, R. M., & Borges, L. R. (2009). Oficinas de reciclagem no CAPS Nossa Casa: a visão dos familiares. *remE - Rev. Min. Enferm.*, 13(1), 34-42. <https://cdn.publisher.gn1.link/remo.org.br/pdf/v13n1a07.pdf>
- Lappann-Boti, N. C., & Labate, R. (2004). Oficinas em saúde mental: a representação dos usuários dos serviços de saúde mental. *Texto Contexto Enferm.* 13 (4), 519-526. <https://www.scielo.br/pdf/tce/v13n4/a03.pdf>
- Laws J. (2013). 'Recovery work' and 'magic' among long-term mental health service-users. *The Sociological review*, 61(2), 344–362. <https://doi.org/10.1111/1467-954X.12020>
- Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República. <https://hpm.org.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-no-10.216-de-6-de-abril-de-2001.pdf>.
- Levy, V. L. dos S. (2018). A terapêutica de um “CAPS AD” em um coletivo de fotografia. *Fractal: revista de psicologia*, 30(3), 310–313. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i3/5518>
- Moraes, M., & Simões, T. (2016). Occupational possibilities in a Brazilian mental health service: The perspective of users. *Scandinavian journal of occupational therapy*, 23 (1), 23-29. <http://www.tandfonline.com/loi/iocc20>
- Noronha, A. A., Folle, D., Guimarães, A. N., Brum, M. L. B., Schneider, J. F., & Motta, M. da G. C. da. (2016). Percepções de familiares de adolescentes sobre oficinas terapêuticas em um centro de atenção psicossocial infantil. *Revista gaucha de enfermagem*, 37(4). <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.04.56061>
- Nota técnica nº 11/2019*. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas
- Rev. Psicol Saúde e Debate*. Jan., 2024:10(1): 60-79.



Estratégicas. Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/obid/legislacao/nota_saudemental.pdf

Ministério da Saúde. (2004). SAÚDE MENTAL NO SUS: OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf.

Nunes, V. S., de Albuquerque Torres, M., & Zanotti, S. V. (2015). O psicólogo no caps: um estudo sobre oficinas terapêuticas. *ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 5(2), 135–146. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1649/1200>

Pereira, O. P., Palmas, A. N. R. (2018). Sentido das oficinas terapêuticas ocupacionais do CAPS no cotidiano dos usuários: uma descrição fenomenológica. *Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica*. 24 (1), 15-23.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6501871>

Pinho, L. B. de, Kantorski, L. P., Wetzel, C., Schwartz, E., Lange, C., & Zillmer, J. G. V. (2013). Atividades terapêuticas: compreensão de familiares e profissionais de um centro de atenção psicossocial. *Escola Anna Nery*, 17(3), 534–541. <https://doi.org/10.1590/s1414-81452013000300018>

Portaria SNAS Nº 189, de 19 de novembro de 1991. Aprova a inclusão de Grupos e Procedimentos da Tabela do SIH-SUS, na área de Saúde Mental (Hospitais Psiquiátricos). Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretário Nacional de Assistência à Saúde.
<http://www.maringa.pr.gov.br/cisam/portaria189.pdf>.

Portaria SAS/MS Nº 224, de 29 de janeiro de 1992. Estabelece diretrizes e normas para atendimento ambulatorial em Saúde Mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretário Nacional de Assistência à Saúde.
https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_224.pdf.

78

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de atenção psicossocial com a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

Portaria nº 130, de 26 de janeiro de 2012. Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/PORTARIA-130-26--JANEIRO-2012.pdf>

Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html.



- Portaria SNAS Nº 544, de 07 de maio de 2018. Define diretrizes para o cadastro do novo porte de Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas do Tipo IV (CAPS AD IV) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretário Nacional de Assistência a Saúde. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/26571478/do1-2018-06-20-portaria-n-544-de-7-de-maio-de-2018-26571452.
- Portaria MS Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Define equipe técnica mínima para os Centros de Atenção Psicossocial e outros aspectos regulatórios. Brasília, DF: Ministério da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html.
- Ribeiro, L., Sala, A., & Oliveira, A. (2008). As oficinas terapêuticas nos Centros de Atenção Psicossocial. *remE – Rev. Min. Enferm.*, 12 (4), 516-522. <https://nesp.unb.br/obsam/wp-content/uploads/2018/11/As-Oficinas-Terap%C3%AAuticas-nos-centros-de-aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial.pdf>
- Ribeiro, R. C. F. (2004). Oficinas e redes sociais na reabilitação psicossocial. In C. M. Costa, & A. C. Figueiredo (Orgs.), *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Contra Capa.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. (2004). Departamento de Ações Programáticas Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. (Série F - Comunicação e Educação em Saúde). Brasília, DF: Estratégicas. http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf.
- Silva, M. N. R. M. O., Abbad, G. S., & Montezano, L. (2019). Practices and Therapeutic Strategies of the Psychosocial Care Centers Alcohol and Drugs [Práticas e estratégias terapêuticas dos Centros de Atenção Psicossocial]. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 29. <https://www.revistas.usp.br/paideia/index>.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev Saúde Pública*, 39 (3), 507-514. <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qtCBFFfZTRQVsCJtWhc7qnd#>
- Veloso, F. B., Silevira, A.R., Matos, F. V., Silveira, M. A., Lopes, R. A. G., Ribeiro, M.F., & Pinheiro, M. L. M. (2013). Oficinas terapêuticas do Centro de Atenção Psicossocial II do município de Montes Claros: percepções de usuários e seus familiares. *Saúde em Debate*, 37 (1), 82-91. <https://doi.org/10.1590/0103-11042013E09>
- Willrich, J., Portela, D., & Casarin, R. (2018). Atividades de arteterapia na reabilitação de usuários da atenção psicossocial. *Rev Enferm Atenção Saúde*, 7 (3), 50-62. <https://doi.org/10.18554/reas.v7i2.3113>